

# BJIR

Brazilian Journal of  
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 6 | edição nº 2 | 2017

*O acordo Druzhba-Dosti entre Rússia e Índia e as implicações para a segurança nuclear da região*

David Morales,  
Camila Mortari Piaceteli



*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA), EBSCO Publishing e Latindex*

## O ACORDO DRUZHBA-DOSTI ENTRE RÚSSIA E ÍNDIA E AS IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA NUCLEAR DA REGIÃO<sup>1</sup>

David Morales<sup>2</sup>

Camila Mortari Piaceteli<sup>3</sup>

**Resumo:** Desde a independência da Índia e do Paquistão, em 1947, perante a colonização britânica, as relações entre ambos países têm sido marcadas por disputas territoriais e corridas nucleares, contribuindo para a propagação de desconfianças, inseguranças e constantes percepções de ameaças, que perduram até a segunda década do século XXI. Nesse sentido, cada um dos dois países buscou realizar parcerias com potências nucleares: o Paquistão tradicionalmente com a China, e a Índia, por sua vez, aprofundou sua parceria com a Rússia em diversos âmbitos – com destaque para Defesa e Energia, através do acordo materializado em 2014 pela Declaração Conjunta de *Druzhba-Dosti*. Consequentemente, este estudo analisa a parceria russo-indiana, suas motivações e suas repercussões regionais, no que tange às relações indo-paquistanesas, à construção de projetos pacifistas na região e ao envolvimento de atores regionais – com destaque especial para Rússia e China. Tanto Índia quanto Paquistão deverão, por conseguinte, agir como atores racionais e em consequência do acordo russo-indiano, manter seus programas nucleares, buscando, nesse sentido, fortalecerem-se através de parcerias estratégicas com outros players regionais e globais, dissuadindo um ao outro e almejando, cada um, a construção de uma hegemonia artificial, a priori no subcontinente indiano e posteriormente em âmbito macrorregional.

**Palavras-chave:** Índia, Paquistão, Rússia, Declaração Conjunta de *Druzhba-Dosti*.

### THE DRUZHBA-DOSTI AGREEMENT BETWEEN RUSSIA AND INDIA AND THE IMPLICATIONS FOR THE REGION'S NUCLEAR SAFETY

---

<sup>1</sup> Este artigo contou com o apoio do CNPq/CAPEs.

<sup>2</sup> Professor do Bacharelado em Relações Internacionais – UFABC. Professor da Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais –UFABC. Doutor em Integração da América Latina, Práticas Políticas e Relações Internacionais USP. Mestre em Relações Internacionais pela UnB. Cientista Político pela Universidade Nacional de Colômbia. Email: [davidmorales.ri@gmail.com](mailto:davidmorales.ri@gmail.com)

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências e Humanidades – UFABC. Bacharel em Relações Internacionais – UFABC. Email: [camila.piaceteli@gmail.com](mailto:camila.piaceteli@gmail.com)

**Abstract:** Since the independence of India and Pakistan in 1947, in the face of British colonization, relations between both countries have been marked by territorial and nuclear race disputes, contributing to the spread of mistrust, insecurity and constant perceptions of threats that persist until the second decade of the twenty-first century. In this sense, each of the two countries sought to form partnerships with nuclear weapon states: Pakistan traditionally with China, and India, in turn, deepened its partnership with Russia in various areas – especially Defense and Energy, through the treaty materialized in 2014 by the Joint Declaration of *Druzhba-Dosti*. Consequently, this study analyzes the Russian-Indian partnership, their motivations and their regional repercussions, with regard to the Indo-Pakistani relations, the construction of peace projects in the region and the participation of regional actors – with special highlight to Russia and China. Both India and Pakistan should therefore act as rational actors and as a result of the Russian-Indian agreement, maintain their nuclear programs, seeking, in this sense, to strengthen themselves through strategic partnerships with other regional and global players, deterring each other and longing, each one, the building of an artificial hegemony, a priori in the Indian subcontinent and next in macro-regional context.

**Keywords:** India, Pakistan, Russia, Joint Statement of *Druzhba-Dosti*.

## I. Introdução

Na segunda década do século XXI, a Rússia desenvolveu diferentes estratégias de cooperação, destacando-se os tratados de transferência de energia, infraestrutura e tecnologia nuclear através de vários acordos formalmente concertados em 2014 e 2015. Estes convênios têm contribuído para o desenvolvimento de novas estratégias de cooperação nuclear com a Índia, Turquia e Irã, assim como projetos de investimento em novas usinas nucleares em Bangladesh, Vietnã e Egito.

Dos acordos assinados, o relacionado à Índia parece ter o potencial maior. Especificamente, no dia 11 de dezembro de 2014, a Rússia e a Índia assinaram o documento conhecido como *Visão Estratégica para o Fortalecimento da Cooperação no Uso Pacífico de Energia Atômica entre a República da Índia e a Federação Russa*, incluída uma cláusula de não divulgação de dados técnicos e informações confidenciais, além de um convênio de construção conjunta do terceiro e quarto reatores da Planta Nuclear de Kudankulam.

Conforme Topychkanov (2015, p. 2), durante a visita do presidente russo, Vladimir Putin, a Nova Déli, em 11 de dezembro de 2014, com relação ao acordo com a Índia, ele teria explicitado que “[...] Não é somente a respeito de trocas de bens e serviços ou mesmo de tecnologia – trata-se da criação de toda uma indústria, uma nova indústria para a Índia”. Por tal motivo, os esforços destinados entre os dois países, para fomentar uma cooperação mais profunda entre eles, pretendem construir uma nova parceria estratégica que traga fortalecimento à indústria nuclear indiana e russa (ao invés de simplesmente construir plantas de poder nuclear), maximizando a produção local de equipamentos, assim como abrindo possibilidades de transferência de tecnologia nuclear na construção conjunta de plantas nucleares em países terceiros.

Ainda, novos acordos nucleares entre Rússia e Índia pavimentam o caminho para iniciar a construção do terceiro e quarto reatores de Kudankulam, tanto quanto resolver a questão da troca confidencial de informações técnicas. Ambos os países concordaram na construção de 12 reatores adicionais nos próximos 20 anos; assim como também no estabelecimento de um acordo para localizar a produção de equipamento e elementos de combustível para as plantas construídas pela Rússia. De maneira importante, esta cláusula afeta não somente as plantas de poder nuclear na Índia, mas também em outros países que podem interessar-se pela construção conjunta de poder nuclear russo-indiana no futuro.

Todavia, tratando-se das tensões presentes no subcontinente indiano – região que circunscreve a Índia e o Paquistão –, dois fatores foram fundamentais para alarmar estudiosos

de segurança internacional a respeito: o primeiro deles deve-se à trajetória histórica conflituosa entre os dois países e, em segundo lugar, ao fato de que ambos não assinaram os principais tratados internacionais a respeito da proibição da proliferação nuclear.

A preocupação dos regimes atuais que tratam a questão da não proliferação nuclear foca-se na proliferação horizontal, ou seja, na transferência tecnológica para a produção de armas nucleares por países que não sejam as cinco maiores potências nucleares, membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas – EUA, Reino Unido, França, Rússia e China, e que estão amparadas juridicamente pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

No entanto, os testes nucleares da Índia e Paquistão, de maio de 1998, acabaram com anos de especulação em relação a se os dois países estavam desenvolvendo armas secretas de natureza nuclear. Uma explosão de debates surgiu a respeito das implicações de segurança regional relacionadas à armamentos nucleares, conforme é detalhado por Ganguly e Kapur (2010, p.1). A partição da Índia Britânica<sup>4</sup>, em 1947, deixou um legado de hostilidade entre Índia e Paquistão que permanece até os dias atuais, sendo que tal divisão fez surgir disputas territoriais que foram inflamadas durante décadas consequentes. Os conflitos pelo controle do território da Caxemira têm sido especialmente intrigantes, considerando as quatro guerras que foram travadas em seu nome.<sup>5</sup> A Caxemira continua a ser a fonte primária de tensão regional e, conforme argumentam Ganguly e Kapur (2010, p. 11), poderia ser a causa de um hipotético e futuro conflito.

Neste ambiente de tensões étnicas, religiosas, territoriais e políticas no subcontinente indiano (ou região indo-paquistanesa), aliado à corrida nuclear realizada entre ambos países (a Índia e o Paquistão) desde a criação de seus respectivos programas bélicos na década de 1970, a recente cooperação estratégica assinada entre Índia e Rússia levanta questionamentos acerca das implicações geradas para as relações indo-paquistanesas, para os projetos pacifistas de desnuclearização da região e para a segurança internacional no que tange aos atores regionais envolvidos – com destaque especial para Rússia e China.

Da mesma forma, pode-se questionar: quais os interesses e motivações de cada um dos atores ao envolverem-se com as negociações e consolidação desta recente parceria

---

<sup>4</sup> O território que circunscreve as atuais fronteiras entre Índia e Paquistão era, até 1947, uma unidade política sob colonização britânica.

<sup>5</sup> A primeira e a segunda guerras indo-paquistanesas ocorreram por conta da disputa pela região da Cachemira. A primeira em 1947, no momento em que as fronteiras indianas e paquistanesas foram delimitadas, e a segunda em 1965. A terceira, por sua vez, ocorreu por conta do estabelecimento do território de Bangladesh, em 1971. Por fim, a quarta guerra indo-paquistanesa aconteceu em 1999 e novamente por conta do território da Cachemira, onde ocorreram insurreições na parte indiana, sendo apoiadas pelo Paquistão.

estratégica? Quais os interesses da Rússia e da Índia perante os impactos do acordo na região e no sistema internacional com as grandes potências? Para tanto, em um primeiro momento, analisaremos de forma geral o conteúdo do Acordo bilateral *Druzhba-Dosti*, destacando suas áreas prioritárias e estratégicas a serem implementadas no período estabelecido. Seguidamente faremos um apanhado histórico do contexto de segurança da região, como fator determinante ao estabelecimento do acordo, bem como as consequências do mesmo para os atores regionais envolvidos, com destaque para Rússia e China. Em um terceiro momento abordaremos as implicações do acordo diretamente para o contexto de segurança do subcontinente indiano, conformado pela Índia e Paquistão, tendo em conta os principais desdobramentos em matéria nuclear, com o intuito de entender as implicações que tal acordo traz para a microrregião. Da mesma forma, analisaremos de maneira detalhada as consequências que o acordo traz para o projeto pacifista de desnuclearização do Sul da Ásia, região onde circunscreve-se o subcontinente indiano, assim como os fatores que podem compreender essa aproximação russo indiana como uma resposta aos avanços da OTAN na área geopolítica de influência Russa. Para finalizar, as considerações finais apontam aos desafios que o acordo deve enfrentar, assim como os impactos que dele se derivam para as relações e as rivalidades constantes entre os países que conformam o subcontinente indiano.

## **II. A Declaração Conjunta de *Druzhba-Dosti* como mecanismo para o fortalecimento da parceria Russo-indiana**

De maneira fundamental, Rússia e Índia possuem cooperação longa e estreita no âmbito técnico-militar, assim como no que tange a esforços conjuntos para manter a estabilidade, paz e prosperidade na região, sem esquecer a parceria estratégica estabelecida através dos BRICS, pela qual tem sido atingido um importante nível de cooperação produtiva.

Para Dyomkin (2015), os indianos buscam com o acordo *Druzhba-Dosti* modernizar suas Forças Armadas e construir uma indústria nuclear sólida; e, por sua vez, os russos, sofrendo as consequências de determinadas sanções internacionais e também tendo sua renda oriunda da venda de gás natural reduzida por conta da queda dos preços de tal commodity, buscam investimentos na região e novos mercados estratégicos, que tragam diversos dividendos.

O acordo, constituído por trinta e cinco artigos, foi assinado entre os chefes de governo russo e indiano, em onze de dezembro de 2014. Ele propõe a cooperação entre os dois países em diversos níveis, especialmente energético, de defesa e infraestrutura, buscando

criar um quadro para o diálogo institucional bilateral. As demais áreas que abrangem o acordo dizem respeito a políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), energia nuclear, cooperação energética, intercâmbio comercial e investimentos produtivos; cooperação econômica, metas de segurança regional e temas relacionados a armas de destruição em massa. Foi assinada uma Declaração Conjunta, cujo pacote de documentos é de cunho intergovernamental, interdepartamental e também interpartidário.

De acordo com os resultados das negociações, foi adotada uma série de documentos, incluindo a Declaração Conjunta, os quais refletem a relação russo-indiana para os próximos dez anos. Nesse sentido, o intuito do tratado expressa buscar a promoção dos interesses dos dois países e o estabelecimento de uma ordem mundial mais estável e segura.

De modo a ilustrar graficamente a abrangência deste acordo bilateral estratégico para os próximos dez anos, segue o Quadro 1 que contempla uma síntese das áreas prioritárias da Declaração. Importante ressaltar que as principais áreas estratégicas do Acordo envolvem os setores energético, de defesa e de infraestrutura.

Quadro 1: Síntese das áreas estratégicas do Acordo

Artigo do Acordo	Área	Tópicos relevantes
9	Políticas de CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção e promoção de alta tecnologia de defesa, inovação, de comunicação e informação;</li> <li>• Cooperação entre institutos de pesquisa científica dos dois países.</li> </ul>
11	Defesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento conjunto de sistemas de armamentos e cooperação técnico-militar.</li> </ul>
6	Energia Nuclear	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação e transferência de tecnologia com relação a mineração de urânio, fabricação e fornecimento de combustível nuclear, manuseio de combustível irradiado, e outras tecnologias no ciclo nuclear.</li> </ul>
8	Cooperação energética em geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação multifacetada na área de energia, petróleo, gás, energia nuclear e renováveis;</li> <li>• Construção de um gasoduto, ligando a Rússia com a Índia.</li> </ul>
17	Intercâmbio Comercial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso das moedas nacionais em acordos de comércio bilateral;</li> <li>• Simplificação dos procedimentos aduaneiros.</li> </ul>
17	Cooperação Econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ênfase na promoção de investimentos russos na Índia;</li> <li>• Projetos de infraestrutura, tais como um corredor industrial "Delhi - Mumbai";</li> <li>• Criação de "cidades inteligentes" e corredores de tráfego de mercadorias.</li> </ul>
22 e 23	Neo-Institucionalismo Global	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de uma ordem mundial policêntrica e democrática;</li> <li>• Buscar a reforma do Conselho de Segurança da ONU;</li> <li>• Apoio da Rússia à candidatura da Índia para a aquisição do posto de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU.</li> </ul>
24 e 25	Segurança Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defesa da formação de uma arquitetura de segurança aberta, na região da Ásia-Pacífico;</li> <li>• Investimento maciço no combate ao terrorismo.</li> </ul>
27	Armas de Destruição em Massa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção da disseminação das armas de destruição em massa, mesmo a Índia não sendo parte do TNP.</li> </ul>

**Fonte:** elaboração própria, com base no documento “Declaração Conjunta de Druzhba-Dosti: Uma Visão para o Fortalecimento da Parceria Russo-Indiana” (2014).

De maneira significativa, o Acordo prevê que a Índia receba uma considerável contribuição tecnológica da Rússia para satisfação de suas necessidades de defesa. Os dois países já tinham uma experiência nesse tipo de cooperação, quando a Rússia transferiu para Índia, através de negociação comercial, o porta-aviões *Almirante Gorshkov* em 2004, que posteriormente foi chamado de *INS Vikramaditya* (BAKSHI, 2006). De maneira semelhante, o Acordo de 2014 mais uma vez estabeleceu mecanismos de cooperação em transferência de



tecnologia, bem como a produção de peças e componentes de equipamentos militares russos em território indiano, visando o desenvolvimento conjunto de sistemas de armamentos.

No que tange à energia nuclear, como parte fundamental do acordo, destaca-se o documento *Visão Estratégica para o Fortalecimento da Cooperação Russo-Indiana nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear*. Nesse documento são definidos os planos para construção de mais de vinte usinas de energia nuclear na Índia, a cooperação na construção da energia nuclear sob o design russo em países terceiros, a produção conjunta de urânio natural, o manuseio do combustível irradiado e a eliminação de resíduos, bem como outros aspectos do ciclo do combustível nuclear. O Acordo em si não pretende apenas contemplar o comércio de bens tecnológicos e de serviços, mas sim a criação de toda uma nova indústria nuclear na Índia.

O acordo também defende a importância do neoinstitucionalismo global e o papel dos Estados na resolução dos litígios internacionais. No artigo 22, por exemplo, ambos países estabeleceram o compromisso de agir conforme os princípios do direito internacional e fortalecer o papel central da ONU no sistema internacional. Nesse sentido, Rússia e a Índia mostraram-se favoráveis por uma ordem mundial policêntrica e democrática, defendendo uma nova configuração de forças no sistema internacional e manifestando sua oposição a sanções econômicas implementadas fora do âmbito da ONU.

Nessa direção, as partes reiteraram a necessidade de uma reforma urgente do Conselho de Segurança da ONU, a fim de torná-lo mais representativo e de aumentar a sua eficácia no combate aos chamados “desafios emergentes”. Igualmente concordaram que qualquer expansão do Conselho de Segurança deve refletir as realidades contemporâneas. Neste contexto, o artigo 23 do acordo ressalta a estratégia da Rússia em apoiar a candidatura da Índia para a aquisição do posto de membro permanente no Conselho.

De modo central, o artigo 27 do acordo demonstra o interesse comum russo-indiano na prevenção da disseminação de armas de destruição em massa. A evidência argumentada é a participação e posicionamento dos dois países em fóruns internacionais, principalmente na Conferência sobre o Desarmamento, na Agência Internacional de Energia Atômica e na Iniciativa Global de Combate ao Terrorismo. Em concordância a isto, Rússia expressou seu apoio à Índia para se tornar membro titular do Grupo de Fornecedores Nucleares<sup>6</sup>, assim

---

<sup>6</sup> O Grupo de Fornecedores Nucleares (*Nuclear Suppliers Group*, NSG) é um grupo de países que fornecem as matérias primas nucleares e procuram contribuir para a não proliferação de armas nucleares através da implementação conjunta e padronizada de diretrizes protocolarias utilizadas nas exportações no domínio nuclear. Disponível em: < <http://www.nuclearsuppliersgroup.org/en/about-us>>. Acesso em: Maio 20 de 2017.

como a adesão plena ao Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis e ao Acordo de Wassenaar<sup>7</sup>.

### III. O Contexto de Segurança Regional como fator determinante ao Acordo *Druzha Dosti*

O contexto de segurança regional no subcontinente indiano tem sido bastante complexo desde que a região se tornou uma área de extrema sensibilidade pelo desdobramento de programas nucleares bélicos. O papel da China na concertação de segurança da região tem sido relevante no que tange às decisões tomadas pelos países da região. Desde a década de 1960, a Índia abandonou sua postura anti-nuclear por conta de sua derrota na guerra sino-indiana de 1962, que alarmou o país sobre o crescimento da hegemonia chinesa e fez com que a Índia iniciasse seu programa nuclear. Ademais, o teste nuclear chinês de 1964 e as ameaças chinesas de interferir na guerra indo-paquistanesa contribuíram para o aceleração indiano de seu programa nuclear (YASMEEN, 1998). Assim, além de ter recusado o TNP, os indianos fizeram seu primeiro teste nuclear em 18 de maio de 1974, tornando a região muito mais tensa.

Nesse contexto, o Paquistão vem desenvolvendo seu programa nuclear desde 1972, mas o primeiro teste, oficialmente confirmado, foi em 28 de maio de 1998 como uma resposta ao programa nuclear indiano. Esse novo equilíbrio de ameaças e de forças é visto até certo ponto como estabilizador para o clima tenso na região, uma vez que o Paquistão enxerga na Índia seu principal determinante no que diz respeito ao curso da evolução de seu programa nuclear, reagindo a percepções de ameaça e hostilidade (AHMED, 2010, p. 177).

Ademais, o prestígio também é um fator evidente na política paquistanesa, desejosa de adquirir equidade com a Índia no sentido de desenvolvimento de armamento nuclear. Da mesma maneira que a Índia investiu em seu programa nuclear *a priori* especialmente por

---

<sup>7</sup> O Acordo de Wassenaar sobre Controle de Exportações de Armas Convencionais e Tecnologia de Duplo Uso foi estabelecido em 1996 com o intuito de contribuir para a segurança e estabilidade regional e internacional, promovendo a transparência e a responsabilidade nas exportações de armas convencionais e tecnologia de duplo uso: civil e militar. Neste acordo, cada membro é livre de autorizar ou não as exportações destes materiais, porém os compromissos que os membros adquirem implicam o intercâmbio de informação dos materiais conforme uma lista comum, com o propósito de evitar acumulações desestabilizadoras. Os Estados participantes procuram, através das suas políticas nacionais, garantir que as transferências destes produtos não contribuam para o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de capacidades militares que contrariem objetivos do acordo, principalmente evitar a aquisição destes itens por terroristas. Disponível em: < <http://www.wassenaar.org/about-us/>>. Acesso em: Maio 20 de 2017.

conta da percepção de ameaça chinesa, o Paquistão o fez como reação às decisões nucleares indianas.

Na década de 1990, no contexto do período pós Guerra Fria, a nova ordem mundial em construção começou a transição de um mundo bipolar para um mundo temporariamente unipolar e posteriormente multipolar. Esperava-se que o uso de armas de destruição em massa fosse abandonado, contudo, tal objetivo não foi alcançado e “As potências nucleares continuaram a enxergar tais armas como necessárias para sua segurança” (BANERJEE, 1998, p. 176).

Nesse sentido, a Índia tem mantido um relacionamento próximo com a Rússia desde a Guerra Fria, quando assinou o Tratado de Amizade Indo-Soviético, em 1971, ao passo em que o Paquistão, desde 1954, tem sido parte de uma aliança não oficial com Ocidente (BANERJEE, 1998). Por outro lado, desde a década de 1960, logo após a derrota da Índia para a China, o Paquistão tem cooperado estrategicamente com a China. Isso se estende também para a tecnologia nuclear e de mísseis, incluindo o suprimento de componentes nucleares (BANERJEE, 1998).

Apesar da marca bastante forte que a guerra sino-indiana deixou na população da Índia, vários acordos foram materializados para diminuir as tensões e promover a cooperação regional. Um acordo pacífico foi assinado em 1996. O qual estabeleceu a renúncia do uso de arsenais militares entre os dois países. Além disto, ambos os países tomaram um posicionamento contrário às ações da OTAN na antiga Iugoslávia, e a China defendeu o retorno às condições anteriores à guerra depois do quarto conflito entre Índia e Paquistão, na Caxemira, em 1999. Apesar de ainda existirem áreas de reivindicação territorial entre China e Índia, ambos os países têm procurado não trazer o tema à tona, buscando meios diplomáticos para manter a região estável (CEPIK; PITT, 2011, p. 36). Contudo, problemas maiores ainda persistem e boa parte das fronteiras atuais permanecem não resolvidas; a chamada “Linha de Controle Atual” continua militarizada e as relações amistosas entre China e Paquistão continuam a ser uma preocupação para o governo indiano (ibidem, 1998).

Já no contexto do século XXI, em julho de 2005, o presidente dos EUA, George Bush, e o Primeiro Ministro indiano, Manmohan Singh, assinaram o Acordo Nuclear Civil com o propósito de estabelecer uma cooperação intensa na área de energia nuclear civil e de comércio. Foi necessário que o Congresso dos EUA ajustasse suas leis para efetivar o acordo e a Índia teria de separar seus programas militar e civil, com salvaguardas internacionais e padrões determinados pela Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA (CARDOZO, 2010, p. 191). De qualquer maneira, foi a partir do governo do partido Bharatiya Janata

(1996-2004) que houve uma maior aproximação da Índia com os Estados Unidos (CEPIK; PITT, 2011).

São claras, portanto, as diferenças com o período da década de 1990, quando a Índia priorizava parcerias com a antiga URSS em detrimento aos Estados Unidos; assim como também uma aproximação entre Índia e Japão, sob o olhar americano, como elemento de balanceamento contra a China. De modo importante, o governo estadunidense justificou a parceria pela condição da Índia ser um “Estado responsável com tecnologia nuclear avançada”, ao invés de utilizar o termo “potência nuclear”, o que acaba por conceder o *status* de poderio nuclear a um país, ponto polêmico para os debates sobre não proliferação nuclear (CEPIK; PITT, 2011, p. 35).

Haja vista tais aproximações estratégicas com os Estados Unidos e com a Rússia, Cepik e Pitt (2011, p. 33) destacam que a política de segurança indiana é característica de uma potência ascendente: padrões de engajamento com outras grandes potências que variam desde a cooperação até a competição, buscando a consolidação de uma “virtual” supremacia no subcontinente indiano e, mais recentemente, investindo maciçamente em mercados emergentes como forma de consolidar seu bom desempenho econômico. Apesar disto, as relações com o Paquistão ainda são o primeiro ponto na agenda securitária indiana, seguido da China, conforme demonstrado.

Contudo, as relações indo-paquistanesas não são somente determinadas pela participação de potências regionais e extrarregionais, mas também estão intimamente ligadas a questões de ordem interna. Para Cepik e Pitt (2011, p. 34), os grupos separatistas, a violência entre diferentes comunidades étnicas e religiosas, as guerrilhas e as vulnerabilidades de ordem socioeconômica figuram entre os problemas recorrentes de segurança enfrentados pelo Estado indiano na esfera doméstica. O ataque terrorista em Mumbai, em 2008, assim como as ações da guerrilha maoísta, posteriormente, provocaram uma sensação de urgência para a ação governamental direta contra os grupos armados organizados.

A Índia teve, de 1947 a 1962, uma política baseada no princípio de não-alinhamento com as superpotências, posição definida pelo então primeiro-ministro Jawarharlal Nehru. Cepik e Pitt (2011, p. 35) demonstram que, após a ruptura entre a China e a União Soviética na década de 1960, além do impacto da derrota indiana para a China na guerra de 1962, a Índia buscou aprofundar seus laços políticos e militares com a União Soviética (em detrimento da China e, a princípio, dos Estados Unidos) e procurou um caminho para o desenvolvimento econômico baseado no modelo de substituição de importações. Depois da Guerra Fria, a liberalização e a abertura da economia foram acompanhadas de mudanças

ainda mais pragmáticas na política externa indiana e de uma forte cooperação militar com Israel.

Cepik e Pitt (2011, p. 35) notam que apesar da reaproximação com os Estados Unidos, alguns elementos retóricos dos períodos da política de não-alinhamento mantiveram-se presentes nas políticas externas de ambos países, mesmo após o final da Guerra Fria. Por exemplo, a justificativa indiana em recusar apoio à iniciativa americana de invadir o Iraque em 2003. Ademais, Ganguly e Kapur (2010, p. 18), evidenciam que a Índia utilizou também como argumento para se opor ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e ao Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT) elementos do princípio do não-alinhamento, ao considerar que uma possível adesão aos tratados feriria a premissa de igualdade entre os países, criando uma situação de *apartheid nuclear*.

Apesar de sua parceria com grandes potências e o consequente abandono do princípio de não-alinhamento, a Índia ainda passou a perceber nas economias emergentes do sudeste asiático excelentes oportunidades para acesso a mercados e insumos (CEPIK; PITT, 2011, p. 35). Assim, o país buscou construir, primordialmente, uma supremacia regional, através de seu programa de modernização e expansão naval, o qual, conforme explicam os autores, propendeu em parte a dar substância e credibilidade para o novo protagonismo indiano na bacia do oceano Índico, ao passo em que afirmou o controle frente à crescente participação chinesa, demonstrando claramente uma relação de competição com a China em âmbito regional. É neste sentido que a Índia tem buscado aproximar-se cada vez mais da Rússia, cujo contexto foi determinante para a recente consolidação do acordo estratégico russo-indiano de 2014.

Outro fator determinante para que a Índia buscasse fortalecer suas parcerias regionais, especialmente em direção à Rússia, e em detrimento a parcerias extra-regionais, diz respeito ao início da guerra ao terror, após os atentados de onze de setembro – os quais provocaram uma dupla reação na Índia. Para Cepik e Pitt (2011, p. 42), com a ocupação da OTAN no Afeganistão, liderada pelos Estados Unidos, a relação entre os três países – Índia, Paquistão e Estados Unidos – complicou-se sobremaneira. Isto criou possibilidades de cooperação pelo fato de que a Índia também lutava internamente contra formas de violência política e terrorismo não-estatal. Assim, na medida em que a cooperação Washington-Islamabad se aprofundava ou se tornava mais rarefeita, o governo indiano procurava novos parceiros estratégicos na área de segurança para compensar os efeitos sobre o equilíbrio de forças na região.

Do ponto de vista da doutrina nuclear, conforme Ganguly (2010), a Índia emprega desde 2003 o princípio de não fazer uso de armas nucleares em primeiro lugar (o que é chamado de *no first use*). Entretanto, o aparato do exército e da aeronáutica demonstram que, curiosamente, a Índia considera realisticamente possível um cenário de guerra relâmpago contra o Paquistão. Vale chamar atenção para o investimento indiano em tecnologias de defesa, reforçado com o projeto binacional com a Rússia, que vem sendo implementado desde 2015. Quanto à China, porém, as forças armadas indianas não possuem os meios nem a intenção de fazer frente às forças chinesas, faltando capacidades logísticas para tal tipo de preparação (CEPIK; PITT, 2011, p. 39).

Ponto interessante a ser destacado diz respeito às capacidades nucleares atuais declaradas pelos países em questão. Conforme dados do *Stockholm International Peace Research Institute – SIPRI*<sup>8</sup> (2016), a Índia possui entre 100-120 ogivas nucleares, e atualmente tem sofisticado seu armamento, agregando um mecanismo de lançamento de base marítima, e, para tanto, pretende adquirir ativos navais em seu programa nuclear. Por outro lado, os investimentos paquistaneses nas últimas décadas têm visado equiparar o país à Índia, levando seu arsenal atual ao número de 110-130 ogivas. A Rússia, por sua vez, possui 7.290 ogivas, os Estados Unidos possuem 7.000 e a China, por fim, possui 260 ogivas.

Como pode-se observar, o cenário nuclear da região possui configuração alarmante, e, ao mesmo tempo, bastante sensível pelo alto número de ogivas nucleares. Conforme demonstra a Federação de Cientistas Americanos – FAS (2016), citada pelo SIPRI (2016), tanto a Índia quanto o Paquistão estão trabalhando ativamente na produção e sofisticação de mais artefatos nucleares bélicos. Do total de ogivas paquistanesas, 90-110 podem ser transportadas por aviões ou mísseis terrestres. Vale ressaltar que, atualmente, nem Índia nem Paquistão possuem ogivas operativas. Das ogivas russas, estima-se que em torno de 1.800 estão operativas e 1.000 podem ser entregues por mísseis terrestres, enquanto 350 podem ser transportadas por submarinos nucleares e 300 por aviões. A China, por sua vez, de suas 260 ogivas, cerca de 180 podem ser transportadas por avião ou mísseis de base terrestre. O Quadro 2 expressa síntese do arsenal nuclear dos países da região, comparativamente com os estoques dos EUA, no sentido de compreender a dimensão que a segurança nuclear representa para a região indo-paquistanesa.

---

<sup>8</sup> Global Nuclear Weapons: downsizing but modernizing. *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*. Jun. 2016. Disponível em: <<https://www.sipri.org/media/press-release/2016/global-nuclear-weapons-downsizing-modernizing>>. Acesso em: Jun. 2017.

**Quadro 2: Síntese do arsenal nuclear de EUA, Rússia, China, Índia e Paquistão**

País	Nº de ogivas	Transporte por mísseis terrestres	Transporte por aviões	Transporte por submarinos nucleares
<b>EUA</b>	7.000	500	300	1.150
<b>Rússia</b>	7.290	1.070	300	350
<b>China</b>	260	180	180	-
<b>Índia</b>	100-120	80-100	80-100	-
<b>Paquistão</b>	110-130	90-110	90-110	-

**Fonte:** elaboração própria, com base nas informações do SIPRI (2016).

O aspecto mais importante do programa nuclear indiano diz respeito ao seu chamado “caminho moderado” (CIRINCIONE et al, 2005). O país continua a produzir material nuclear para uso em armas, porém ainda não oficializa quantas armas possui ou planeja possuir de fato. Os governos têm argumentado que possuem material suficiente (urânio enriquecido) para produzir entre 50-110 armas nucleares, entretanto não evidenciam onde exatamente estocam seu material de fissão e ogivas nucleares (CIRINCIONE et al, 2005).

Para Cepik e Pitt (2011, p. 41), a principal característica que dita as relações indo-paquistanesas e, conseqüentemente, toda a dinâmica da segurança na região, é a crescente discrepância de capacidades entre os dois países. Ao mesmo tempo, a distância entre os dois acarretou na determinação do Paquistão em assegurar sua sobrevivência por quaisquer meios necessários, frente à ameaça de subjugação pela Índia, como, por exemplo, através da ação de grupos armados irregulares se mostrando como uma alternativa funcional.

Nesse sentido, o Paquistão empregou importante estratégia para conter a ameaça de subjugação pela Índia e propôs um projeto de tornar o subcontinente indiano como uma região desnuclearizada, apresentando tal proposta em vários foros internacionais. A sugestão foi levada como um item de discussão do Primeiro Comitê da vigésima nona sessão da Assembleia Geral da ONU, conforme explica Yasmeeen (1998). A estratégia paquistanesa consistia em introduzir a questão para a Assembleia Geral de modo que a mesma proclamasse o Sul da Ásia como uma zona livre de armas nucleares. Depois disso, haveria consultas aos países da região para medir o grau de aceitação da proposta.

Sendo assim, o Paquistão, em diversas oportunidades, buscou criar uma Zona Livre de Armas Nucleares na região, especialmente depois que perdeu a guerra de 1971 com a Índia. O motivo central consistia em que o governo temia manter-se em perpétua inferioridade, bem como não desejava engajar-se em uma corrida de armas nucleares com a Índia. Depois de

1980, quando este país adquiriu um arsenal nuclear maior, a barganha com a Índia se intensificou, de modo que o Paquistão sugeria que se a Índia abrisse mão de seu programa nuclear, ele também o faria. Ou seja, o país vinha fortalecendo seu programa nuclear como estratégia de dissuasão para pressionar a Índia a engajar-se em um programa de desarmamento coletivo, alcançando a desnuclearização da região.

Yasmeen (1998) explica que a proposta paquistanesa para desnuclearizar o Sul da Ásia constituiu parte de sua estratégia para se projetar como um Estado não proliferador, como uma resposta às pressões estadunidenses:

Since the end of the Cold War, the United States has been increasingly concerned about horizontal nuclear proliferation in the Third World, especially South Asia. These concerns were heightened during the 1990 Indo-Pakistan crisis over Kashmir. Since then, the US has initiated moves to halt the spread of nuclear weapons in the South Asian region. It has suggested 'capping' the Indian and Pakistani nuclear programmes as well as the possibility of 'rolling back' these programmes (YASMEEN, 1998, p. 160-161).

Contudo, a Índia sempre respondeu negativamente à proposta de desnuclearização da região por considerar que a sua maior ameaça provém do poder nuclear chinês, o qual pode alterar significativamente o equilíbrio regional e deslocar a Índia no cenário geopolítico a um nível meramente periférico.

Outrossim, as relações sino-paquistanesas, por sua vez, tomaram traços de cooperação estratégica por meio dos investimentos na infraestrutura portuária de *Gwadar* e com a venda de aparato militar às forças armadas paquistanesas (CEPIK; PITT, 2011, p. 42). Vale ressaltar novamente que o equilíbrio de poder entre China e Índia é muito favorável à primeira. A questão energética, por exemplo, é completamente diferente para os dois países. Atualmente, a China depende excessivamente do petróleo que passa por rotas marítimas que atravessam os estreitos do sudeste asiático, zona na qual possui pouca influência (CEPIK; PITT, 2011, p. 43).

A Rússia, por sua vez, historicamente procurou se reaproximar da Índia, como já salientado, aproveitando-se das necessidades e atenções dispensadas ao Paquistão pelos Estados Unidos e China. Após um longo período de cooperação durante a Guerra Fria, os dois países foram aliados, mantendo até hoje importante parceria militar e energética. Tais cooperações, conforme destacam Cepik e Pitt (2011, p. 44), visam objetivos imediatos, porém muitas vezes podem ser ambíguos, extremamente pragmáticos ou apresentar consideráveis riscos a médio e longo prazo.



#### IV. As Implicações do Acordo *Druzha-Dosti* para o Subcontinente Indiano

Desde a independência da Índia e do Paquistão em 1947, perante a colonização britânica, as relações entre ambos países têm sido marcadas por disputas territoriais e corridas nucleares. No caso das disputas territoriais, inflamadas por divergências étnico e religiosas, os países mantêm-se em tensão por conta de resoluções mal acordadas a respeito da divisão do território da Cachemira, que continua a ser a fonte primária de tensão regional.

Perante a desconfiança mútua e ameaças constantes, os dois países passaram o século XX, desde a sua independência, investindo em programas e parcerias nucleares, as quais culminaram em testes de proporções bélicas para demonstração de poder e de dissuasão. Assim, ambos os países contribuíram para a propagação de receios, inseguranças e permanentes percepções de ameaças, que perduram até a segunda década do século XXI. Devido a esse turbulento *background*, a comunidade internacional avaliou a aquisição de armas nucleares por ambos países como extremamente preocupante.

Nesse sentido, a cooperação russo-indiana em tecnologia nuclear, materializada pelo acordo, e o conseqüente fortalecimento nuclear indiano representam uma ameaça para o Paquistão, que tem como central em sua agenda securitária o programa nuclear indiano e as conseqüências que o mesmo possui sobre as tensões indo-paquistanesas.

Assim, formam-se dois caminhos possíveis para as percepções paquistanesas sobre o acordo russo-indiano. Por um lado, fortalecer seu programa nuclear através de suas parcerias tradicionais com China e Estados Unidos e, nesse sentido, retroceder os projetos pacifistas para a região. Por outro lado, direcionar sua pressão estratégica em âmbito da ONU para que a Índia aceite a construção de uma Zona Livre de Armas Nucleares na região.

Outra importante razão para preocupação internacional diz respeito à recusa da Índia e do Paquistão em renunciarem ao desenvolvimento de armamento nuclear. Ambos países não assinaram o TNP e nem o Tratado de Proibição Completa de Testes (CTBT – *Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty*), de 1996, fato que tem a potencialidade de alterar consideravelmente as estruturas de segurança regional do subcontinente indiano.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> No caso do TNP, é unânime que o mesmo é considerado discriminatório, pois proíbe a proliferação horizontal, aquela que está relacionada com o comércio e investimento de itens de natureza nuclear entre diferentes países, mas não proíbe a proliferação vertical, que trata da sofisticação dos arsenais nucleares por parte dos países detentores deste armamento. Por isso, ao restringir o TNP e o acesso de tecnologia nuclear bélica na maioria dos países, as potências nucleares aperfeiçoaram constantemente seus respectivos programas nucleares de forma permanente. Por fim, o Tratado de Proibição Completa de Testes (CTBT) é mais complexo, uma vez que é necessária a ratificação da maioria dos países possuidores de tecnologia e plantas nucleares, tendo muita resistência das potências nucleares em aderir ao compromisso de não realizar mais nenhum teste nuclear.

Vale lembrar que, em 1998, quando a Índia realizou novos testes nucleares, o país teve afirmada sua condição de detentor de arsenais nucleares e, como consequência, novas sanções foram impostas pelos EUA. No entanto, Cardozo (2010, p. 192) advoga que a concepção do governo G. W. Bush, fortemente elaborada por neoconservadores, feriu as determinações do TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear) e aderiu à noção difusa de que o importante não é saber se um país tem ou não armamentos nucleares, mas sim o caráter “responsável ou não” de quem os usa.

Mas não foi somente os Estados Unidos quem feriu o TNP. A própria parceria estratégica atual entre Índia (não signatária do TNP) e Rússia (país signatário do TNP), representa uma brecha ao TNP. Sendo assim, a Rússia tem transferido tecnologia nuclear para a Índia, promovendo a proliferação horizontal, mesmo que tenha declarado ser para fins pacíficos, dentro dos termos da Declaração Conjunta *Druzhba-Dosti* – a qual contém uma cláusula de não divulgação de dados técnicos e informações confidenciais, representando, nesse sentido, assunto de extrema preocupação, uma vez que não há controle através de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica, pelo fato da Índia não pertencer ao TNP.

Quanto aos projetos pacifistas, muitas são as consequências que podem ser derivadas do acordo *Druzhba Dosti*, tanto pela ampliação temática como pela especificidade de algumas áreas de cooperação que são sensíveis para o estabelecimento da harmonia regional. As questões nucleares sempre são difíceis de tratar pelo fato de conter uma complexidade técnica e estratégica necessária para o andamento de programas nucleares pacíficos ou bélicos.

Primeiramente, o acordo russo-indiano pode ser considerado como uma resposta estratégica da Rússia ao avanço da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) nos últimos anos, para além das fronteiras ocidentais. Recentemente, tem ocorrido a ampliação dessa comunidade de segurança aos países da Europa Central e Oriental que faziam parte do antigo Pacto de Varsóvia. Isto representa um ganho geoestratégico para as potências nucleares ocidentais, porém não assim para as iniciativas de desarmamento regional. Da mesma maneira, a Rússia enxerga tal avanço como possibilidade de enfraquecer seus laços e sua presença estratégica na região, especialmente com a Ucrânia, caso este país, num futuro não tão longe, se torne membro da OTAN.

O jogo estratégico na região parece indicar que, além de estabelecer mecanismos de transferência de tecnologia em matéria nuclear, é necessária uma dose de demonstração de capacidade de resposta quando se trata de constatar as áreas de influência hegemônica imediata. No caso da Rússia, o acordo com a Índia é um sinal para o Ocidente assim como

também para as outras potências regionais asiáticas. Sinal que evidencia sua plena capacidade de ação e de resposta perante os desafios impostos pelos desdobramentos geopolíticos do século XXI.

Em segundo lugar, quanto às consequências para as relações indo-paquistanesas, a parceria russo-indiana, ao passo em que fere o TNP promovendo a proliferação horizontal de tecnologia nuclear – uma vez que a transferência de tecnologia contemplada no acordo é significativa na produção e enriquecimento de energia em altos níveis –, se juntam duas perspectivas significativas de poder, quais sejam o fortalecimento do arsenal nuclear russo e o desejo indiano de expandir e diversificar sua tecnologia nuclear.

Assim, a partir deste acordo há uma intensificação das percepções de ameaça verificadas pelo Paquistão perante a Índia e, ao mesmo tempo, a representação de um golpe certo aos projetos pacifistas para a região, principalmente aquele voltado à desnuclearização do Sul da Ásia, que vem sendo discutido através do estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN) na região.<sup>10</sup>

Em face a tais percepções de ameaça, o Paquistão tem investido em seu programa nuclear como medida de dissuasão, e paralelamente esforça-se em âmbito da ONU pela criação de uma Zona Livre de Armas Nucleares em todo o subcontinente indiano, conforme demonstrado. Na medida em que reage às desconfianças sobre o programa nuclear da Índia e ao aumento das assimetrias na região, busca materializar o projeto de desnuclearização da área geográfica que contempla Índia, Paquistão e China.

Nesse sentido, se para a Rússia o acordo é uma mensagem ao avanço da OTAN, e uma estratégia de isolar a China na região, para o Paquistão o acordo é uma afirmação das intenções indianas em não renunciar ao seu programa nuclear – mas, ao contrário, uma demonstração clara de fortalecê-lo. O sinal para China de ambos os países, Rússia e Índia, é de que existem potências atuantes ativas na macrorregião, as quais também têm interesse em projetar força e domínio não somente na área de influência imediata, como também na estrutura internacional de segurança e defesa.

Em terceiro lugar, vale ressaltar que, no relacionado ao alcance da normatividade internacional através do regime especificamente construído para colocar limite ao

---

<sup>10</sup> Uma ZLAN aprofunda e estende o TNP (THAKUR, 1998), pois as medidas de desnuclearização adotadas regionalmente implicam não somente a proibição da produção de armamento mas também a de transferência e circulação de tal armamento no perímetro delimitado. Sendo assim, o estabelecimento de uma ZLAN se dificulta consideravelmente nas regiões onde o TNP não foi assinado – e mais ainda onde ele está sendo ferido, como é o caso da aproximação russo-indiana. Thakur explica que os Estados que participam de um projeto de desnuclearização somente vão fazê-lo se sentirem que erradicar suas armas nucleares e dispositivos correlatos contribuirá para o aumento de sua segurança regional e global.

desenvolvimento nuclear, o TNP não logra ser efetivo quando analisamos os critérios contemplados no acordo assinado entre a Rússia e a Índia. Isto se deve ao paradoxo que o regime contempla na sua essência. As potências nucleares defendem uma política internacional de proibição de posse de armamento nuclear aos demais países em nome da segurança global, porém continuam investindo em seus programas nucleares, aperfeiçoando suas tecnologias em nome da segurança nacional. Tanto o TNP quanto o CTBT não proíbem a proliferação vertical, que seria o caso das potências nucleares, mas tão somente proíbem a proliferação horizontal, que inclui a transferência de tecnologia nuclear para outros países, sendo o caso daqueles que desejam investir em programas nucleares mas que precisam importar tecnologia para este fim. Esta seria a situação da Índia que, através do Acordo *Druzhba Dosti* com a Rússia, recebe transferência de tecnologia nuclear, mesmo não sendo parte do TNP. Caso contrário ao da Rússia que, atuando como potência que faz parte desse tratado, ainda assim transfere recursos e mecanismos de natureza nuclear para outro país externo ao TNP, fazendo com que se torne diretamente responsável pelo descumprimento integral do regime.

A ideia é que, para alcançar a desnuclearização mundial e evitar a proliferação, é preciso que os países centrais possuidores de armas nucleares também apliquem essas medidas em suas políticas de segurança nacionais. Segundo Thakur (1998), não há como alcançar o desarmamento e a desnuclearização satisfatórios sem o comprometimento das potências nucleares – discurso utilizado comumente pelos países com arsenais menores e que são pressionados pelas potências nucleares para abrir mão de seus programas nucleares, como é o caso da Índia e do Paquistão. Mesmo assim, conforme Banerjee (1998) projetos ambiciosos como uma ZLAN geralmente acontecem em regiões onde já existe estabilidade. Isso porquê os ambientes inconstantes, além de imporem por si só dificuldades para o estabelecimento de projetos de desnuclearização, as chances das instabilidades ascenderem novamente são consideráveis.

Por último, o Acordo *Druzhba Dosti* entre Rússia e Índia gera um impacto em nível internacional, principalmente com relação à política externa dos países extrarregionais que têm influência direta na região indo-paquistanesa, tal como o caso da China e dos EUA, bastante ressaltados. Com relação à China, seu status de superpotência emergente tem contribuído diretamente para fazer crescer as desconfianças indianas e afastá-la da direção dos projetos pacifistas para a região. No caso dos EUA, mesmo possuindo aproximações com a Índia e tendo estabelecido acordos de transferência de tecnologia para o desenvolvimento integral do país nas décadas anteriores, a reaproximação com o Paquistão gera incertezas e

desconfianças por parte da Índia, dificultando o aprofundamento das parcerias estabelecidas no passado entre ambos os países.

Finalizando, na visão de Yasmeen (1998), o aumento da possibilidade de um conflito de proporções nucleares na região pode ser determinado também caso a Índia e o Paquistão continuem buscando investir em sistemas de transferência de tecnologia sensível, a ponto de deslocar com extrema segurança armas nucleares. Esta questão entra no ponto do comércio de equipamentos de defesa, os quais, inclusive, são objeto de acordos internacionais nesse âmbito, como é o caso do acordo de cooperação russo-indiana de 2014.

## V. Considerações finais

O subcontinente indiano tem sido marcado por tensões, inseguranças, desconfianças e percepções distintas de ameaças de modo constante, principalmente desde a trajetória histórica de independência da Índia e do Paquistão. Esse traço histórico esteve envolvido por conflitos étnicos, religiosos e territoriais, entre as diferentes potências, incluído aqui a rivalidade com a China que desencadeou o desenvolvimento do programa nuclear indiano, seguido do programa nuclear paquistanês, em efeito dominó.

O engrossamento das aproximações russas com a Índia através da Declaração *Druzhba-Dosti* significa consideravelmente uma reorganização das forças regionais a partir de um novo esquema de cooperação nas áreas militares, de segurança, defesa e energia, mas também em aspectos estratégicos de extrema sensibilidade, os quais podem modificar o papel desempenhado pela Índia e pela Rússia no contexto macrorregional.

A ascensão de potências não tradicionais<sup>11</sup>, tal como a China, tem contribuído para gerar novas disputas por hegemonia regional, bem como alterado o rumo das parcerias presentes dentro do continente asiático e entre ele e as potências ocidentais. O caso analisado de cooperação e transferência de tecnologia entre a Rússia e a Índia, iniciadas em 2014, envolvendo comércio e investimentos produtivos em diversos âmbitos, especialmente o

---

<sup>11</sup> Potências tradicionais são aquelas que desempenharam papel de destaque nos anos da Guerra Fria (1945-1991), além das duas potências centrais (EUA e URSS). Potências não tradicionais, por sua vez, são aquelas que emergiram após a Guerra Fria, a priori figurando-se como potência regional e, portanto, potência média, assumindo um papel global significativo. A China é um importante exemplo de potência não tradicional que emergiu após a Guerra Fria como potência regional e média, consolidando-se posteriormente como potência global, grande e determinante no sistema internacional. A Índia, por sua vez, figura-se como potência não tradicional, porém seu papel internacional ainda é médio. Ambos países são, contudo, potências nucleares, uma vez que possuem número significativo de artefatos bélicos dessa natureza (KENNEDY, 1997; BRZENZINSKI, 2012).

nuclear e de defesa, alteram ainda mais as percepções e as identidades regionais que tradicionalmente têm sido consideradas antagônicas e rivais.

A Índia, percebendo as ameaças a respeito da cooperação sino-paquistanesa, investiu na oportunidade de aproximação com a Rússia, para fortalecer sua busca por hegemonia no subcontinente indiano, visando, também, aumentar seu poder relativo em comparação com o do Paquistão. As relações sino-indianas, também, como já demonstrado, ainda permanecem como um problema para a segurança regional, uma vez que a Índia percebe-se ameaçada pela expansão chinesa, e incomoda-se com a não resolução de disputas territoriais históricas que perduram até hoje.

A Rússia, por sua vez, reage à ameaça de perda de influência na área estratégica da Ucrânia com a expansão da OTAN e, ao mesmo tempo, compete com a China pela hegemonia regional, buscando apostar na Índia através da construção da parceria estratégica, de um novo cenário de alianças econômicas, comerciais e tecnológicas. Quanto aos Estados Unidos, na medida em que a cooperação Washington-Islamabad se aprofunda ou se torna mais sólida pela questão da luta contra o terrorismo global, o governo indiano busca novos parceiros estratégicos na área de segurança para compensar os efeitos daquela parceria sobre o equilíbrio de forças na região.

O Acordo *Druzhba-Dosti* contempla muitas áreas em diferentes níveis de transferência de tecnologia, porém no relacionado às questões nucleares é bastante ambicioso. Isto gera um aumento da desconfiança dos vizinhos, principalmente do Paquistão e da China, assim como da comunidade internacional, pelo fato de existir uma percepção de que, eventualmente, se estaria descumprindo o TNP. Mesmo que a Índia não participe do regime, a Rússia sim tem um papel relevante, uma vez que, além de ser signatária, historicamente tem agido como promotora da não proliferação, mesmo em questões relacionadas com transferência de tecnologia sensível.

Nesse sentido, o TNP parece ser utilizado para favorecer a proliferação vertical por parte dos países que possuem a tecnologia nuclear bélica e, também, de forma seletiva, é utilizado para determinados casos de proliferação horizontal quando se trata dos interesses de defesa nacional das potências nucleares que buscam aperfeiçoar seus estoques bélicos atômicos, assim como o aprimoramento da tecnologia e dos investimentos nucleares em terceiros países, como é o caso do Acordo *Druzhba Dosti*.

Consequentemente, a parceria russo-indiana promete repercussões obscuras no que tange às relações indo-paquistanesas e à construção de projetos pacifistas na região. Uma vez que Índia e Paquistão possuem percepções mútuas de ameaças e desconfianças, construídas

através de seu histórico conflituoso, o Paquistão deverá escolher manter seu programa nuclear como política de defesa e, futuramente, buscar o fortalecimento do apoio da comunidade internacional para pressionar a condução do estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares na região. Isto devido ao desconhecimento dos comportamentos futuros da Índia a respeito das consequências da aproximação e cooperação com a Rússia, assim como da busca indiana por hegemonia regional, o que pode levar a uma intensificação das assimetrias de poder relativo, bem como a reconfiguração do equilíbrio de forças no subcontinente indiano para os próximos anos.

Índia e Paquistão buscam, portanto, fortalecerem-se através de parcerias estratégicas com outros agentes e atores regionais e globais, dissuadindo um ao outro e visando, cada um, a construção de uma hegemonia, a priori no subcontinente indiano e posteriormente em âmbito macrorregional. Além deste fator, historicamente a falta de identidade cooperativa entre os dois países também contribui para dificultar a convergência em assuntos como a proliferação nuclear, especialmente após a solidificação da cooperação estratégica russo-indiana de 2014.

Por outro lado, a atuação pragmática da cooperação russo-indiana é uma demonstração clara do intuito destes dois países em fortalecerem a nova ordem global que está sendo configurada no contexto do século XXI – a qual os países emergentes buscam construir para se estabelecerem como novos *players* na política internacional. Conforme a Declaração Conjunta de *Druzhba-Dosti*, a cooperação entre Rússia e Índia transcende as questões técnicas de tecnologia nuclear e se projeta na busca para uma reforma do Conselho de Segurança da ONU, a fim de torná-lo mais representativo e eficiente perante os novos desafios emergentes. Por isso, através deste acordo se torna evidente o posicionamento da Rússia em apoiar a candidatura da Índia para a aquisição de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Por fim, as implicações regionais que o Acordo insere são enormes e de impacto transcendental. O próprio projeto de pacificação regional, que inclui a desnuclearização dos países possuidores de armamento nuclear, ficou profundamente abalado. Não se pode falar constantemente em desarmamento nuclear quando os atores regionais se envolvem em acordos ousados de transferência de tecnologia nuclear entre potências atômicas – sendo que o acordo russo-indiano poderá significativamente gerar desequilíbrios de forças no subcontinente indiano, tornando a região cada vez mais uma área de elevada instabilidade para a segurança regional, continental e global.

## VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, S. Pakistan's Nuclear Weapons Program. In: BRONW, M. E.; COTÉ JR, O. R.; LYNN-JONES, S. M.; MILLER, S. E. (Ed.). **Going Nuclear: Nuclear proliferation and international security in the 21st century**. Cambridge: MIT Press, 2010, p. 176-202.

BAKSHI, J. India – Russia Defence & Co-operation. **Strategic Analysis**, v. 30, n. 2, apr-jun 2006. Disponível em: <[http://www.idsa.in/system/files/strategicanalysis\\_jbakshi\\_0606.pdf](http://www.idsa.in/system/files/strategicanalysis_jbakshi_0606.pdf)>. Acesso em: Jul. 2017.

BANERJEE, D. The obstacles to a South Asian Nuclear-Weapon-Free Zone. In: THAKUR, R. (Ed.). **Nuclear Weapons-Free Zones**. London: MacMillan Press LTD, 1998, p. 173-183.

BRZENZINSKI, Z. **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power**. New York: Basic Books, 2012.

CARDOZO, S. A. Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos: Trajetórias Domésticas da Negociação. **Revista Política Hoje**, Pernambuco, v. 22, 2 ed., p. 189-210. 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/viewArticle/236>>. Acesso em: Março 15 de 2016.

CIRINCIONE, J.; WOLFSTHAL, J. B.; RAJKUMAR, M. Part three: Non-NPT Nuclear Weapon States. In: **Deadly Arsenals: Nuclear, Biological and Chemical Threats**. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2ª ed., 2005, p. 221-259.

CEPIK, M.; PITT, R. A Índia e a segurança regional após Abbottabad. **Revista Conjuntura Austral**, v. 2, n. 6, Jun/Jul. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/20702/12060>>. Acesso em: Março 20 de 2016.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE *DRUZHBA-DOSTI*: **Portal do Governo Russo (Kremlin)**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://kremlin.ru/supplement/4790>>. Acesso em: Maio 30 de 2016.

DYOMKIN, D. Rússia e Índia estreitam laços com acordos de energia e defesa. *Reuters Brasil*. Dez. 2015. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN0U71GU20151224>>. Acesso em: Maio 20 de 2016.

GANGULY, A; KAPUR, P. **India, Pakistan and the Bomb. Debating Nuclear Stability In South Asia**. New York: Columbia University Press, 2010.

GANGULY, S. India's Pathway to Pokhran II. In: BRONW, M. E.; COTÉ JR, O. R.; LYNN-JONES, S. M.; MILLER, S. E. (Ed.). **Going Nuclear: Nuclear proliferation and international security in the 21st century**. Cambridge: MIT Press, 2010, p. 147-175.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.



KYDD, A. H. Methodological individualism and rational choice. In: REUS-SMIT, C.; SNIDAL, D. (Ed.). **The Oxford Handbook of international relations**. Great Britain: Oxford University Press, 2008, p. 425-443.

MOÏSI, D. **A geopolítica das emoções**. São Paulo: Editora Campus, 2009.

PEREIRA, R. Estados Unidos e Índia firmam acordo de cooperação nuclear. **Conjuntura internacional**, PUC Minas, 2006. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20060313112125.pdf?PH\\_PSESSID=e5563003f24a2d19b3cf2999bf38a1a4](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060313112125.pdf?PH_PSESSID=e5563003f24a2d19b3cf2999bf38a1a4)>. Acesso em: Mar. 2016.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. **Global Nuclear Weapons: downsizing but modernizing**. Jun. 2016. Disponível em: <<https://www.sipri.org/media/press-release/2016/global-nuclear-weapons-downsizing-modernizing>>. Acesso em: 25 de Junho de 2017.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. **World Nuclear Forces**. Jan. 2016. Disponível em: <<https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/biological-chemical-and-nuclear-weapons/world-nuclear-forces>>. Acesso em: Jun. 2017.

THAKUR, R. Stepping Stones to a Nuclear-Weapon-Free Zone World. In: THAKUR, R. (Ed.). **Nuclear Weapons-Free Zones**. London: MacMillan Press LTD, 1998, p. 3-30.

TOPYCHKANOV, P. Russo-turkish and russo-indian nuclear cooperation: a template for the future? **Carnegie Moscow Center**, Moscou, 2015. Disponível em: <<http://carnegie.ru/eurasiaoutlook/?fa=59131>>. Acesso em: Abr. 2015.

YASMEEN, S. The case for a South Asian Nuclear-Weapon-Free Zone. In: THAKUR, R. (Ed.). **Nuclear Weapons-Free Zones**. London: MacMillan Press LTD, 1998, p. 152-172.

Recebido em: março/2017.

Aprovado em: agosto/2017.